

Mec defende diploma para jornalistas

"O jornalismo deve ser um curso de graduação ou pós-graduação?". A indagação foi feita ontem pelo secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Gamaliel Herval, que manifestou o desejo de ver em debate a discussão em torno de propostas para a melhoria da qualidade de ensino para a formação de profissionais na área de Comunicação e não a simples eliminação da obrigatoriedade do diploma universitário para o exercício do Jornalismo, como propôs o jornalista Mauro Santayana, secretário executivo da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

"Será que ele está pensando que existem 'Mauros Santayana' espalhados pelo País"? voltou a perguntar Gamaliel Herval, que foi totalmente contrário à proposta apresentada. Na sua opinião o diploma serve para valorizar a profissão, embora reconheça que ele não estabelece a capacidade profissional de ninguém.

O secretário de Ensino Superior do Mec reconhece ainda que muitos cursos de Comunicação "deixam a desejar" e foi com essa preocupação que o Ministério da Educação decidiu criar, ainda na gestão do ministro Marco Maciel, a Comissão de Comunicação Social, instalada em dezembro passado, constituída de nove especialistas que, entre outros objetivos, está encarregada de propor mudanças curriculares para melhorar a qualidade de ensino nos cursos de Comunicação. No próximo dia 22, essa comissão, que é presidida pelo professor José Marques Melo, da USP, fará sua segunda reunião, em Brasília, e Gamaliel Herval espera que ela traga "alguma proposta concreta nesse sentido".

Influência

Apesar de reconhecer "que a escola não faz o profissional", Gamaliel Herval acha que os cursos de Comunicação atingem seus objetivos, uma vez que ensinam as técnicas de redação. "É claro que saber escrever é uma questão de vocação, agora, como fazê-lo, os cursos de Comunicação podem ensinar", garantiu.

Na opinião do secretário-geral do Ministério da Educação, Aloísio Sotero, "só o diploma não estabelece a capacidade profissional de ninguém, embora sirva para diferenciar as pessoas". Para descobrir se o diploma influencia no nível salarial do profissional, Aloísio Sotero encomendou um estudo que abordará a influência do diploma na ascensão social e na remuneração do profissional, apesar do levantamento ter o objetivo de propor uma alíquota diferenciada no Imposto de Renda para os profissionais com cursos de nível superior.

Outro que se manifestou contrário à proposta apresentada pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais foi o presidente do Conselho Federal de Educação (CFE) Fernando Affonso Gay da Fonseca, para quem o assunto "não deveria ser discutido na Constituinte", e sim pelas leis ordinárias.

Na sua opinião, a extinção da obrigatoriedade do curso universitário para o exercício das profissões de Jornalista, Radialista e Publicitário vai implicar na extinção também dos cursos de Comunicação, "o que não é adequado à nossa realidade". E sugeriu que os jornais abram espaço "à inteligência nacional" para que outros profissionais nas áreas de física, economia, saúde, possam escrever artigos especializados, ficando o dia-a-dia aos profissionais da Imprensa.